

Con-Brazil Fase três sem sobressaltos

Apesar das frustrações, como o fim inglório da revisão constitucional, o comportamento da economia reforça a confiança da equipe econômica de que a fase três do Plano Real poderá ser iniciada sem sobressaltos. Com efeito, embora tenha havido uma desaceleração do crescimento econômico com relação aos últimos meses do ano passado, não se caracteriza uma recessão nem se prevê uma desaceleração brusca do ritmo de atividade depois da chegada do real.

Chega a ser mesmo surpreendente que o produto real tenha registrado um crescimento de 4,3% no primeiro trimestre de 1994, segundo apurou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Houve uma queda em comparação com a taxa relativa a todo o ano passado (4,96%), mas ela pode ser considerada até insignificante em face das circunstâncias. Convém lembrar que os meses de janeiro e fevereiro são tradicionalmente de fraco movimento, só começando a economia a ativar-se a partir de março. E, neste ano, março foi o mês em que entrou em vigor a Unidade Real de Valor (URV), que deveria, segundo alguns prognósticos, frear a expansão.

Em abril e maio, houve um perceptível desaquecimento, naturalmente condicionado pela perspectiva da entrada em vigor da nova moeda. Mas, neste começo de junho, não se constata uma paralisação de negócios, um ambiente letárgico como o que costuma preceder uma mudança tão profunda quanto a introdução de uma nova moeda.

Tem havido, sim, demissões preventivas em algumas empresas, que se vêm antecipando a uma "bolha recessiva" que provavelmente não se formará. Pelas projeções do IPEA, o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer 2,9% neste ano, o que é bem menos do que 1993, mas não pode ser interpretado como recessão.

Com uma taxa de crescimento demográfico estimada pelo IBGE em 1,93%, o produto "per capita", a se confirmar a previsão quanto ao PIB, deve ter um crescimento de 0,95%, o que é até razoável em uma fase de transição.

Há mesmo motivos para acreditar que,

em se tratando de um ano eleitoral, o PIB venha a ter uma expansão bem mais expressiva do que a que projeta o IPEA. Não nos surpreenderá se o produto real, ao fim deste ano, acusar um crescimento de 3,5 a 4%.

Com relação à inflação, nota-se também que não existe uma expectativa de uma alta explosiva de preços nas semanas que antecedem o real. Há muitas incertezas, estando ainda pendentes de definição os aluguéis, as mensalidades escolares, as tarifas de transporte, etc. e, como já se viu, preços administrados podem ser convertidos em URV com uma certa gordura. Houve também uma ameaça de reajuste dos preços dos supermercados para compensar a perda do "floating" financeiro, mas não se observa uma disparada de preços comparável, por exemplo, à que precedeu o Plano Collor. Bem a propósito, o economista Cláudio Considera observa que até agora a inflação não explodiu e, em seu entender, não explodirá.

Pela análise do IPEA, com o real em prá-

tica, ocorrerá um certo aumento da demanda, principalmente de bens não duráveis, de consumo popular, mas não existe perspectiva de desabastecimento. A safra foi boa, as indústrias de alimentos podem aumentar a capacidade e não se deve esquecer que o País tem disponibilidades cambiais para importar aquilo que for necessário para desobstruir eventuais gargalos no abastecimento.

Na realidade, somos propensos a acreditar que essas importações de emergência serão muito menores do que se imagina. Elas devem detonar uma reação da indústria nacional produtora de bens de salário, que enxergará logo as novas oportunidades surgidas no mercado.

Da mesma forma, somos levados a crer que as exportações não serão tão desestimuladas como se pensa com a estabilidade do câmbio, por tempo indeterminado, confirmada quarta-feira pelo ministro da Fazenda. Consciente da importância de evitar um recuo de nossas vendas externas, em uma fase de grandes transformações no comércio mundial, temos a certeza de que o governo saberá compensar os exportadores por desacertos no câmbio.